



TEMA CENTRAL
“ GARANTIR DIREITOS E DEFENDER O SUS, A VIDA E A DEMOCRACIA –
AMANHÃ VAI SER OUTRO DIA ”

EIXO I – O BRASIL QUE TEMOS. O BRASIL QUE QUEREMOS:
DIRETRIZES

Fortaleza	Fortalecimento do SUS através da ampliação do financiamento e execução de políticas públicas de modo a garantir a integralidade à assistência à saúde para a população.
Sertão Central	Fortalecer a oferta pública e estatal dos serviços de saúde em todos os níveis de atenção, reduzindo a terceirização dos serviços públicos de saúde e o investimento no setor privado e em organizações sociais.
Litoral Leste/Jaguaribe	Fortalecer o Estado Democrático de Direito que garanta o pleno exercício da cidadania sobre as bases dos princípios do SUS, da solidariedade, da justiça e da participação social, com vista ao fortalecimento dos direitos sociais com transparência na gestão pública, sobretudo garantir financiamento para as políticas públicas de saúde, com objetivo de melhorias no funcionamento da saúde em todo território nacional.
Norte	Garantir e fortalecer a Atenção Primária à Saúde e equipe multiprofissional como porta de entrada do SUS com acesso e a qualidade na atenção à saúde, aprimorando as redes de atenção com cuidado integral às pessoas nos vários ciclos da vida considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade, na atenção básica, nas redes temáticas prioritárias das regiões de saúde.
Cariri	Implementar ações de perspectiva de resultados para a sociedade.

Diretriz Estadual	Fortalecer o Estado Democrático de Direito garantindo o pleno exercício da cidadania sobre as bases dos princípios do SUS, da solidariedade, da justiça e da participação social, com vistas aos direitos sociais, com transparência na gestão pública, e na oferta de ações e serviços de saúde em todos os níveis de atenção, sobretudo com financiamento para as políticas públicas de saúde, propondo melhorias no funcionamento da saúde em todo território nacional.
--------------------------	--

EIXO I – O BRASIL QUE TEMOS. O BRASIL QUE QUEREMOS:

PROPOSTAS	NÍVEL E/F	A/EPF/NA	%
1. Fortalecer a Atenção Primária à Saúde - APS, como ordenadora das Redes de Atenção à Saúde - RAS e coordenadora do cuidado, e retomar, como parte da Política Nacional de Atenção Básica - PNAB, o Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF-AB), com financiamento tripartite, inserindo na composição mínima, a equipe multiprofissional, responsável por até 03 equipes de saúde da família, e com inserção de Práticas Integrativas e Complementares de Saúde – PICS, efetivação da educação Permanente em Saúde e Educação popular, garantindo o financiamento tripartites das Políticas Públicas de Saúde na lógica das RAS, priorizadas no Plano Estadual e Regional de Saúde, (Rede de Atenção Psicossocial – RAPS); Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência – RCPD; Rede Materno Infantil - RAMI, Rede de Urgência e Emergência – RUE, Rede Traumatologia-Ortopedia, Rede Neurologia, Rede Cardiovascular, Oncologia e Rede de Atenção às Doenças Crônicas – DCNTs).			
2. Garantir políticas/programas EDUCAÇÃO PERMANENTE de formação e especialização para os profissionais de saúde, fortalecendo os Núcleo Regional de Educação Permanente em Saúde - NUREPS E Núcleo Municipal de Educação Permanente em Saúde - NUMEPS nas regiões de saúde e municípios.			
3. Fortalecer a atenção integral às pessoas com deficiências - PcD, garantindo recursos financeiros de forma tripartite, para organização da atenção integral e composição de equipes multidisciplinares; Criação de incentivo financeiro Estadual para implantação/Implementação de Centros Especializados de Reabilitação – CER, Centros de Reabilitações Municipais e atenção especializada como Núcleos de Estimulação Precoce – NEPs, com disponibilidade menos burocratizada de aparelhos auditivos, cadeiras adaptadas, próteses, etc. Implantação de políticas públicas intersetoriais com garantia de Linhas de Cuidado.			
4. Fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) com a implantação de pontos de atenção (novos equipamentos e infraestrutura), criação e implantação nos municípios de Centros de Atenção Psicossocial Infantil - CAPSi, Unidade de Acolhimento Adulto - UAA e Unidade de Acolhimento Infantil – UAI e o Serviço Residencial Terapêutico (SRT), bem como a contratação de profissionais, utilização de novas tecnologias sociais de cuidado integrado comunitário e solidário, sob as premissas da Reforma Psiquiátrica e da Lei Nº 10.216/2001 em especial do cuidado em liberdade. Adicionalmente, fortalecer o Programa Saúde na Escola – PSE, estratégia intersetorial, e garantir que os temas específicos voltados a saúde mental sejam incluídos como obrigatórios de acordo com dados epidemiológicos, bem como efetivar uma política de saúde mental nas escolas, ampliando e qualificando as equipes multiprofissionais.			
5. Ampliar recursos financeiros a nível nacional e estadual (média e alta complexidade) para fortalecer a implantação de Hospitais de Pequeno Porte (HPP) e a pactuação dos municípios aos hospitais Pólo e de Referência, Policlínicas e redes de atenção à saúde, provendo o número de vagas suficientes para consultas, exames de média e alta complexidade, acesso às especialidades e disponibilidade de leitos de UTI e cirurgias eletivas.			

6. Revogar o Programa Previne Brasil e implantar critérios de financiamento da Atenção Primária à Saúde que resgatem os seus princípios de prevenção e promoção à saúde, e com o retorno de critérios populacionais, epidemiológicos e de vulnerabilidade das populações.			
7. Implementar a Política de Saúde Mental no Estado do Ceará, fortalecendo a RAPS e assegurando a ampliação das vagas de leitos psiquiátricos no Hospitais Gerais.			
8. Implementar serviços integrados de saúde, cultura, lazer e esporte para localidades mais vulneráveis.			
9. Fortalecer o SUS como política pública a partir da integração de dados entre as redes de atenção à saúde por meio de prontuário eletrônico unificado em todos os níveis de atenção e fortalecimento do complexo econômico industrial da saúde enquanto política pública.			
10. Fortalecer a Assistência Farmacêutica regularizando o fornecimento de medicamentos e insumos por meio Atualização do Elenco de Medicamentos disponibilizados pela RENAME, garantindo também o financiamento para custear medicamentos de alto custo, dietas especiais e fraldas. Além de garantir a implantação das farmácias vivas nos municípios. Ampliar a farmácia popular aumentando a quantidade de estabelecimentos e a pulverização nos interiores, bem como a variedade de formulações dispensadas.			
11. Revogar a Emenda Constitucional nº 95/2016 que congela os gastos primários da União por vinte anos, garantindo o mínimo de 10% das Receitas Correntes Brutas da União em saúde, fazendo cumprir a Lei 141/2012 extinguindo a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que retira 30% do Orçamento da Seguridade Social para o Tesouro Nacional, como forma de não prejudicar a “saúde” financeira do referido orçamento e ampliar a alíquota para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para instituições financeiras para 18%, estabelecendo limites no Orçamento da União para o pagamento de juros e amortização da dívida pública; instituindo e efetivando uma Reforma Tributária justa que: a) garanta recursos adequados para a seguridade social; b) reduza impostos sobre o consumo e regulamente a cobrança do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF); c) revise a isenção de tributação de grandes empresas privadas e multinacionais; d) extinga com a isenção de impostos sobre lucros e dividendos; e) vinculação da arrecadação do seguro do trânsito - danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT) aos fundos de saúde; f) destine parte dos lucros do Pré-Sal (royalties) para financiamento da Saúde e da Educação, garantindo que 25% do lucro da exploração do pré-sal sejam direcionados para o Sistema Único de Saúde; g) combata a sonegação de impostos; assim como, cumprir o ressarcimento de recursos ao SUS pelas empresas de planos e seguros de saúde, de acordo com a Lei nº 9656/1998.			

Nível: (E) Estadual; (F) Federal

A – Aprovada: Mais de 70% dos votos;

EPF – Encaminhada para Plenária Final: 30% a 70% dos votos;

NA – Não Aprovadas;

% – Percentual de aprovação

**EIXO II – O PAPEL DO CONTROLE SOCIAL E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA SALVAR VIDAS:
 DIRETRIZES**

Fortaleza	Participação popular e controle social como ferramenta de democratização do SUS.
Sertão Central	Não houve preenchimento
Litoral Leste/Jaguaribe	Fortalecimento do Controle Social do Sistema Único de Saúde – SUS com efetiva atuação dos Conselhos de Saúde das três esferas (Conselhos Locais, Distritais, Municipais, Estaduais e Nacional), a partir da atuação articulada e compartilhada com lideranças locais e movimentos sociais, com vista à defesa do SUS, da valorização da vida e da democracia, garantindo um sistema público de saúde com acesso, gestão participativa e democrática, qualificada e resolutiva, com financiamento estável e contribuição para a formação, qualificação, educação permanente, valorização, democratização e combate à precarização das relações de trabalho dos profissionais que atuam na área da saúde.
Norte	Fortalecer as instâncias de controle social ampliando os canais de interação com o usuário, assegurando transparência e participação do cidadão garantindo a articulação entre os espaços de participação social em todas as políticas públicas de saúde.
Cariri	Aprimorar a participação dos atores sociais na governança do SUS na Formulação, Fiscalização e Monitoramento dos Instrumentos e Mecanismos do processo de Planejamento e Gestão do SUS.

Diretriz Estadual	Fortalecimento do Controle Social do Sistema Único de Saúde – SUS com efetiva atuação dos Conselhos de Saúde das três esferas (Municipais, Estaduais e Nacional), a partir da atuação articulada e compartilhada com lideranças locais e movimentos sociais, com vista à defesa do SUS, da valorização da vida e da democracia, garantindo um sistema público de saúde com acesso, gestão participativa e democrática e no combate à precarização das relações de trabalho dos profissionais que atuam na área da saúde.
--------------------------	--

EIXO II – O PAPEL DO CONTROLE SOCIAL E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA SALVAR VIDAS:

PROPOSTAS	NÍVEL E/F	A/EPF/NA	%
1. Garantir a organização e o funcionamento dos conselhos de saúde, com autonomia administrativa para o seu pleno funcionamento com dotação orçamentária, autonomia financeira e organização da secretaria-executiva com a necessária infraestrutura e apoio técnico, assegurada no Plano Plurianual de Saúde – PPA e na Programação Anual de Saúde – PAS, em consonância a Lei 8.142/1990 e a Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde – CNS.			
2. Garantir o fortalecimento, ampliação dos espaços de controle social, com campanhas de conscientização da importância de participar de conselhos e movimentos sociais.			
3. Adotar estratégias de funcionamento dos conselhos de saúde por meio da promoção de debates sobre controle social e participação popular nas escolas; Realização de reuniões itinerantes e Implantação de conselhos distritais e locais.			
4. Fortalecer a execução da Política Estadual de Educação Permanente e a parceria com as Instituições de Ensino de Saúde - IES, Escolas de Saúde Pública – ESP/CE, Escolas Técnicas e Ministério da Saúde/ MS, com planos de ação e temáticas para capacitação de profissionais de saúde, promovendo formação em práticas de cuidados integrais, individuais e coletivos focando preferencialmente em tecnologias leves de cuidado em articulação com os movimentos sociais e comunitários.			
5. Promover o engajamento permanente do Controle Social no combate a Fake News e práticas/discursos negacionistas da ciência, por meio da promoção de acesso as informações verídicas utilizando mídias digitais, além da criação de canais de denúncia.			
6. Incentivar a participação popular por meio da educação popular em saúde para os públicos mais vulnerabilizados (LGBTQIAP+, PCD, em situação de rua, população negra e entre outros) com a inclusão dos saberes e práticas das comunidades tradicionais, ribeirinhos, quilombolas, povos de terreiros, ciganos e dos povos originários, indígenas em contexto urbano.			
7. Implementar programa de educação permanente para qualificação dos conselheiros de saúde.			
8. Fortalecer a fiscalização do conselho estadual de saúde na rede de serviços de atenção básica, média e alta complexidade.			
9. Reestruturar a composição do Cesau/CE com representação de cada ADS.			
10. Fortalecer a parceria entre órgãos da saúde, educação e sociedade civil com os conselhos de saúde, divulgando direitos e deveres dos usuários do SUS, tendo com estratégia a realização de eventos.			
11. Garantir educação permanente e continuada por ocasião da renovação de mandatos, nos âmbitos estadual e municipal, utilizando-se de instituições formadoras (ESP, IES, e o Cesau/CE), com programação voltada para organização e funcionamento do SUS.			
12. Fomentar as discussões de gênero, raça/ etnia , LGBTQIAP+, violência contra a mulher junto aos profissionais da atenção básica, especializada e controle social.			

<p>13. Garantir a criação e a implementação de Comitê intersetorial, no âmbito das três esferas de governo, que fortaleça o acompanhamento e a articulação das várias áreas de atuação e movimentos sociais: Saúde (incluindo Saúde Mental), Assistência Social, Segurança Pública, Meio Ambiente, Infraestrutura, Educação, Ciência e Tecnologia, além das demais Políticas Públicas, bem como retomar os comitês de educação popular e equidade em saúde, garantindo a efetividade da participação popular nos mesmos, bem como fortalecer o movimento Frente pela Vida.</p>			
<p>14. Garantir o monitoramento das propostas elaboradas e aprovadas em conferências anteriores e o resgate a pautas já finalizadas, visando mensurar a eficiência e eficácia das conferências e do Plano Anual de Saúde.</p>			
<p>15. Fortalecer as Instâncias do Controle Social e os canais de interação com o usuário, com garantia de transparência e participação social no quesito das defesas, cuidados e fiscalização do patrimônio público e políticas públicas, democratizando o acesso às informações sobre as ações e demandas realizadas pelo CMS por meio de tecnologias.</p>			
<p>16. Viabilizar a integração entre o Conselho Estadual de Saúde e os Conselhos Municipais, promovendo apoio técnico para o fortalecimento do Controle Social local com o empenho e o compromisso dos conselheiros de saúde, dos Movimentos Comunitários, Sociais e Sindicais, aliados à atuação das trabalhadoras e dos trabalhadores da saúde.</p>			
<p>17. Fortalecer as Ouvidorias de Saúde por meio de Concursos Públicos para efetivação de cargos.</p>			

Nível: (E) Estadual; (F) Federal

A – Aprovada: Mais de 70% dos votos;

EPF – Encaminhada para Plenária Final: 30% a 70% dos votos;

NA – Não Aprovadas;

% – Percentual de aprovação

**EIXO III – GARANTIR DIREITOS E DEFENDER O SUS, A VIDA E A DEMOCRACIA:
 DIRETRIZES**

Fortaleza	Fortalecimento do SUS através da defesa dos seus princípios e diretrizes, garantindo o financiamento e a informação para sua plena execução.
Sertão Central	Fortalecer a regionalização visando a garantia das políticas públicas de saúde do estado do Ceará. Garantir os princípios do SUS através da sua organização e financiamento.
Litoral Leste/Jaguaribe	Efetivar e defender o Sistema Único de Saúde com seus princípios e diretrizes, por meio da luta pela efetivação das políticas públicas de saúde, com aumento do financiamento, fortalecimento do controle social, acesso resolutivo dos usuários, que garanta o seu direito à saúde de qualidade.
Norte	Fortalecimento dos princípios e diretrizes do SUS: acesso universal, integral e equânime, por meio da regionalização, descentralização e participação social.
Cariri	Aprimorar a participação da população na perspectiva de Direitos e Deveres com a saúde, com a vida e democracia.

Diretriz Estadual	Efetivar e defender o Sistema Único de Saúde com seus princípios e diretrizes, por meio da luta pela efetivação das políticas públicas de saúde, com fortalecimento do financiamento, do controle social e do acesso resolutivo dos usuários, que garanta o seu direito à saúde de qualidade.
--------------------------	---

EIXO III – GARANTIR DIREITOS E DEFENDER O SUS, A VIDA E A DEMOCRACIA:

PROPOSTAS	NÍVEL E/F	A/EPF/NA	%
1. Fortalecer as ações inerentes à Política de Saúde do Trabalhador, assegurando recursos necessários para a segurança dos profissionais da saúde no âmbito psicossocial, físico, material, financeiro, proporcionando a segurança do exercício profissional ao trabalhador e coletividade, garantindo a implantação de equipes de vigilância em saúde do trabalhador nos 184 municípios cearenses.			
2. Combater o subfinanciamento da saúde com: Direcionamento do orçamento de emenda parlamentar em receitas fixas distribuídas de forma per capita como aporte financeiro para os municípios; Reajuste e Atualização periodicamente dos valores da Tabela SUS referente aos serviços da atenção primária, secundária e terciária.			
3. Revisar o RENAME (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais), levando em consideração a maior necessidade da população, seu custo e benefício, buscando ampliar os recursos destinados a compra de medicamentos básicos e de alto custo, e dieta enteral e parenteral, em diálogo conjunto com municípios e estado, já organizando os fluxos e contra fluxos.			
4. Implementar uma política de Educação em Saúde como uma disciplina nas escolas municipais, estaduais e federais (Primeiros Socorros; Educação no Trânsito; Saúde Bucal; Educação Sexual; Saúde Mental).			
5. Garantir a ampliação dos serviços de cirurgias eletivas com financiamento equivalente, recursos humanos e manutenção dos insumos de trabalho, visando ofertar maior viabilidade em relação à demanda dos territórios.			
6. Avaliar a necessidade da ampliação dos hospitais regionais padrão tomando por base a descentralização e reorganização das regiões de saúde, bem como equipar e garantir a manutenção dos hospitais regionais já existente.			
7. Implantar/implementar o serviço de oncologia, traumatologia, nefrologia, neurologia e hemodiálise nos Hospitais Regionais do Estado do Ceará.			
8. Garantir e ampliar o financiamento para a política de saúde mental, possibilitando maximizar as equipes, ofertar qualificação profissional e maior número de vagas para usuários, além disso, potencializar os serviços de reintegração social e empreendedorismo.			
9. Fortalecer os serviços de atendimento móvel de urgência, ampliando a quantidade de bases do SAMU no estado além do número de profissionais, bem como desburocratizar o fluxo dos atendimentos e regulação. Fortalecimento da APS com redimensionamento do quadro funcional, recrutamento e seleção mediante concurso público das diversas categorias profissionais, aquisição e manutenção de insumos de trabalho.			
10. Fortalecimento da política de saúde mental com ênfase no atendimento as pessoas com dependência química, garantindo tratamento e internação, se necessário, na rede de atenção do SUS.			
11. Garantir transparência do acesso aos serviços regulados pela rede de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, promovendo ao usuário a possibilidade de visualizar sua posição na fila de espera de cirurgias eletivas e			

procedimentos e maior celeridade pela Central de Regulação do SUS - CRESUS, com avaliação e acompanhamento em tempo real de andamento e garantia de recursos federais sistemáticos para realização das cirurgias eletivas em até seis meses após inserção da solicitação na CRESUS.			
12. Ampliar o número de equipes de ESF e equipes de saúde bucal (ESB), dando o custeio necessário de materiais e insumos para seu devido funcionamento, além de ampliar as estruturas das unidades de saúde, CEOs e demais Centros de Especialidades a fim de garantir o atendimento no SUS. Assegurando a criação do Serviço de Urgência e Emergência Odontológica Municipal/Regional.			
13. Fortalecer a assistência farmacêutica com ampliação dos recursos financeiros em todos os níveis de gestão para aquisição de medicamentos, por meio da ampliação da oferta de medicamentos e insumos mediante revisão e adequação do aporte financeiro da Programação Pactuada e Integrada – PPI da Assistência Farmacêutica; revisão da RENAME (Relação Nacional de Medicamentos) e do elenco do CEAF (Componente Especializado da Assistência Farmacêutica), adequando às necessidades da população; além de Pleitear repasse financeiro para capacitação e implantação da Farmácia Viva. Fortalecer o Programa Farmácia Popular do Brasil, com maior aporte financeiro, com vista a possibilitar maior acesso da população aos medicamentos, especialmente os de uso continuado para controle das doenças crônicas.			
14. Implementar o Programa Nacional de Melhoria da Infraestrutura da Atenção Primária.			
15. Fortalecer a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e Saúde do Homem e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora que contemplem os problemas de saúde de maior evidência.			
16. Implantar Centros de Oncologia nas Regiões de Saúde, garantindo o fluxograma do atendimento para paciente com rastreamento do diagnóstico para câncer em tempo oportuno, desde os exames Pré-operatórios até o tratamento, implementando a Política Nacional de Cuidados Paliativos, com garantia de financiamento integrada as Redes de Atenção à Saúde e como componente de cuidado na atenção primária à saúde da ESF.			

Nível: (E) Estadual; (F) Federal

A – Aprovada: Mais de 70% dos votos;

EPF – Encaminhada para Plenária Final: 30% a 70% dos votos;

NA – Não Aprovadas;

% – Percentual de aprovação

**EIXO IV – AMANHÃ VAI SER OUTRO DIA PARA TODAS AS PESSOAS:
 DIRETRIZES**

Fortaleza	Reduzir riscos e agravos à saúde da população, por meio de ações de promoção, prevenção e proteção à saúde, em conformidade com os princípios do SUS, da educação permanente, dos direitos humanos e por uma sociedade justa e inclusiva.
Sertão Central	Humanizar o atendimento em toda rede de saúde de forma integralizada. Reafirmar o incentivo, o desenvolvimento, a execução e a fiscalização de políticas públicas de saúde voltadas para as minorias sociais (Mulheres; População LGBTQIAP+; População Negra; População Indígena; População Quilombola; População de Rua; Populações do Campo, das Águas e da Floresta; População de Baixa Renda; Pessoas com Deficiência; Pessoas Neurodivergentes; Pessoas Idosas; Etc.), respeitando as especificidades das suas demandas e o princípio da equidade.
Litoral Leste/Jaguaribe	Fortalecer o Estado Democrático de Direito com atuação do SUS de forma inclusiva, que garanta o pleno exercício da cidadania, assegurando, assim, o acesso à mobilidade, o combate a todos os tipos de preconceitos e investindo em pesquisas e novas tecnologias para agilizar os processos e ampliar o acesso de todo cidadão e cidadã à políticas públicas, fortalecendo o SUS como condição necessária para uma saúde pública universal, integral e equânime para todos.
Norte	Integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das áreas e serviços de preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.
Cariri	Implantar ações de perspectivas para populações vulneráveis com políticas de equidade.

Diretriz Estadual	Fortalecer o Estado Democrático de Direito com atuação do SUS de forma inclusiva, que garanta o pleno exercício da cidadania, assegurando, assim, o acesso à mobilidade, o combate a todos os tipos de preconceitos e investindo em pesquisas e novas tecnologias para agilizar os processos e ampliar o acesso de todo cidadão e cidadã à políticas públicas, fortalecendo o SUS como condição necessária para uma saúde pública universal, integral e equânime para todos.
--------------------------	--

EIXO IV – AMANHÃ VAI SER OUTRO DIA PARA TODAS AS PESSOAS:

PROPOSTAS	NÍVEL E/F	A/EPF/NA	%
1. Implementar política de valorização dos trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Único de Saúde - SUS, por meio de melhorias salariais, incluindo a garantia de vínculos trabalhistas, com reajustes salariais dignos, isonomia salarial, estabilidade no trabalho e implantação de Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), assim como garantir o piso salarial de todos profissionais da saúde, mantendo, também, a luta pela aprovação do Piso da Enfermagem, conforme Projeto de Lei Nº 14.434/2022 e pela revisão da Lei de Responsabilidade Fiscal para despesa com pessoal na saúde. Equiparação das categorias profissionais de saúde em relação a compatibilização do piso salarial e carga horária igualitária (30 horas) com garantia de empregos protegidos, justos, com salários, jornadas e ambientes de trabalho dignos, saudáveis e seguros, assim como de valorizar os profissionais de saúde com realização de concursos públicos e eliminação da terceirização da saúde.			
2. Ampliar e atualizar os recursos financeiros para a Política Nacional de Saúde Mental nas três esferas de governo, além da implementação do Programa de Educação Permanente em Saúde Mental e da rede psicossocial para os municípios de pequeno porte, correspondendo aos dados epidemiológicos de transtorno mentais e a crescente demanda de saúde mental pós pandemia, bem como a expansão das equipes multiprofissionais e adequação do parâmetro populacional para a implantação das unidades de Centro de Atenção Psicossocial Geral, AD e Infantil.			
3. Implementar serviços que forneçam diagnóstico, acompanhamento e transporte exclusivo e especializado para pessoas com TEA, de forma regionalizada e adesão ao centro integrado de desenvolvimento (TEA, TDAH, T21); TEA – Transtorno do Espectro Autista, TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade. T21 – Síndrome de Down – TOD (Transtorno Opositor e Desafiador) pelos municípios, bem como a implantação da temática na grade curricular dos cursos da área da saúde e educação continuada e permanente dos trabalhadores da saúde.			
4. Priorizar as políticas de promoção da equidade com a implantação das ações da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBTQIA+, Política Nacional da População Negra, Saúde Integral da População de Rua e Saúde Integral dos Povos e Populações do Campo, das Florestas e das Águas, pessoas que vivem com HIV/AIDS e usuários em vulnerabilidade social e formular estratégias, trazendo os usuários de todas essas políticas aos serviços de saúde, principalmente na atenção primária à saúde, de forma inclusiva, respeitosa e acolhedora, bem como a criação de Ambulatório LGBTQIA+ para a formação, capacitação e sensibilização de profissionais da saúde visando melhor atendimento e acolhimento dessa população, por meio de linhas de cuidado específicas e instaurar o conselho LGBTQIA+ nos municípios, incluindo ações de combate ao Capacitismo, Machismo, Racismo, etarismo, LGBT fobia, entre outros.			
5. Reformular a atenção à saúde da família, contemplando a equipe multiprofissional de atenção especializada em saúde mental (AMENT) e Programa de Saúde na Escola - PSE, com uma abordagem global, multisetorial,			

transdisciplinar, transcultural, integrada e unificadora.			
6. Fortalecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.			
7. Incluir os campos de “identidade de gênero” e orientação sexual, além do campo de sexo biológico nos registros de triagem, anamnese, ficha de acompanhamento e outros documentos.			
8. Rever a política de regionalização com base na população acima de 200.000 reorganizando os serviços de saúde por ADS a nível Estadual.			
9. Garantir recursos para o investimento nos programas de enfrentamento à violência contra grupos de vulnerabilizados (idoso, mulher, LGBTQIA +, criança e adolescente, povos tradicionais.)			
10. Garantir mais recursos para o SUS por meios de políticas públicas e fortalecimento intersetorial à níveis regionais. Implementar no calendário do Programa Nacional de Imunização - PNI a vacinação Hexa e retornar à vacinação tetraviral.			
11. Garantir e executar a PNAPLGBT- Política Nacional de Saúde a População LGBT e uma política para o Empoderamento de Mulheres, assim como fiscalizar e controlar sua execução, garantia de recursos financeiros para fortalecimento da educação permanente de profissionais voltada à população LGBTQI+, visando a captação e busca ativa para atendimento em saúde.			
12. Assegurar a integração entre a Atenção Primária e a Vigilância em Saúde (Ambiental, Epidemiológica, Sanitária, e Saúde do Trabalhador), além da criação de Centros de Zoonoses junto às UBS favorável a política pública voltada para animais em situação de vulnerabilidade estabelecendo convênios com Universidades formadoras de Médicos Veterinários.			
13. Ampliar a cobertura e renegociar a Programação Pactuada Integrada (PPI), de exames citopatológicos e oncológicos, dinamizando a entrega dos resultados, bem como contemplação e custeio de novos procedimentos na Unidade. Ampliar o investimento em Saúde de Mulheres garantindo o acesso à prevenção, diagnóstico precoce e tratamento de doenças prevalentes, tais como neoplasias e endometriose. Ampliação dos serviços de Saúde de modo itinerante (Caminhão da Mamografia). Construção e financiamento de hospitais regionais com núcleos de atuação voltados a saúde integral das mulheres e oncologia. Fortalecer a Saúde da Mulher e Direitos Reprodutivos garantindo a ampliação e efetivação da Assistência Materno Infantil com maternidade, estrutura adequada e parto humanizado.			
14. Mobilizar as instâncias gestoras do SUS, para a promoção do incentivo à fixação e vinculação dos profissionais do SUS, nos diversos territórios, por meio de concursos públicos, contemplando equipes multiprofissionais para continuidade do vínculo e cuidado, proporcionando processos e ambientes de trabalho saudáveis, fomentando programas de pesquisas baseadas em evidências.			
15. Reestruturar a Rede de Atenção Psicossocial reafirmando os princípios da Luta Antimanicomial garantindo recursos financeiros para a Saúde Mental (Demanda de profissionais, promoção e prevenção de saúde).			

Nível: (E) Estadual; (F) Federal

A – Aprovada: Mais de 70% dos votos;

EPF – Encaminhada para Plenária Final: 30% a 70% dos votos;

NA – Não Aprovadas;

% – Percentual de aprovação